

## SOCIEDADES PLURAIS, TRABALHO SOCIAL E «VIVRE-ENSEMBLE»

**Apelo a comunicações, Congresso da AIFRIS – Beirute, Julho 2019**

*O presente apelo visa encorajar a apresentação de comunicações de investigadores, professores, profissionais da ação social e pessoas acompanhadas a respeito do contributo do trabalho social na constituição e dinamização de uma “vida juntos”. Face às tensões interculturais, às discriminações socioculturais, mas também diante das desigualdades socioeconómicas ou, ainda, dos riscos de fragmentação territorial, importa questionar e analisar de que modo as ações e intervenções sociais contribuem para as dinâmicas de organização, animação e desenvolvimento dos laços sociais. No 8º congresso da AIFRIS, em Beirute, no Líbano, esta temática será trabalhada num país que é símbolo da diversidade em busca contínua de um “vida em conjunto” mais harmoniosa.*

As sociedades contemporâneas distinguem-se por contextos fortemente pluralistas, tanto do ponto de vista socioeconómico como do ponto de vista étnico, comunitário, cultural ou religioso. Essas diversidades e as tensões que as acompanham estão enraizadas na historicidade dos territórios e nos movimentos migratórios que os constituem (Bolzman, 2009). No seu interior, os grupos que se encontram desfavorecidos socioeconomicamente são afetados por um estatuto social pouco valorizado e/ou são objeto de uma desqualificação deste ou daquele traço identitário (Saillant, 2012). Quando esses processos de precarização, de discriminação e de exclusão dominam (Bolzman et Guissé, 2017), nascem a frustração e o sentimento de injustiça. Consequentemente, aparecem estratégias de resistência e recusa da comunidade assim como surgem posturas de sobrevivência e evitamento (Touraine, 1997, Paugam, 2015). Que fazer dessas frustrações que ameaçam transformar-se em violências latentes, especialmente quando as manobras de segmentação, instrumentalização e politização levam ao medo de tudo o que é diferente e ameaçam a coesão social (Kanafani, 2004, Messara, 2004)? Nesta realidade complexa, a passagem da *comunidade* para a *sociedade* (Tönnies, 1887, 2010) e a transformação da *solidariedade mecânica* em *solidariedade orgânica* (Durkheim, 1893, 2007) exigem uma consolidação constante. É uma das perspetivas

do trabalho social: **criar oportunidades que transformem a obrigação de conviver lado a lado num desejo de viver juntos**<sup>1</sup>.

Assim, podemos considerar que um dos papéis dos atores envolvidos consiste em transformar a diferença “separadora e geradora de conflitos numa oportunidade integradora e pacificadora” (Willaime, 2004: 5), a «substituir a disjunção pela distinção, a redução pela criação de laços» (Morin, 2016 : 127).

Nesse sentido, o trabalho social participaria da edificação de uma cultura de coexistência pacífica, garantindo a reciprocidade das relações sociais e permitindo a emergência de um direito de integração respeitador das especificidades (Le Bris, 2016: 79).

- No contexto da flexibilidade identitária e da pluralidade referencial, como se pode testemunhar os contributos dados pelos assistentes sociais a indivíduos confrontados com uma externalidade mutante, agonizante e vital (Teyssier e Denoux, 2013)?

- Para ir além das pertenças restritivas – seja de ordem pessoal, religiosa, comunitária ou étnica - **que contributos podem ser dados pela ação educacional e social**, especialmente quando se trata de fazer emergir adesões cruzadas, englobantes e inclusivas (Maïla, 2017)?

Propomos situar essas questões numa visão ampla do “viver juntos” e dos seus desafios. Na verdade, os confrontos e negociações entre as comunidades e os grupos colocam a cultura - entendida aqui no sentido pleno do termo - num processo permanente de recriação e recomposição. A gestão dos diferendos, dos conflitos e das tensões culturais é combinada com estratégias identitárias ativas voltadas tanto para a integração pessoal quanto para o ajustamento social global (Manço, 1998). Essa coabitação construtiva visa a produção de uma unidade plural e de uma pertença cidadã marcada pela aceitação do divergir sem culpa (Kanafani, 2004, Noun, 2004). Essa ambição de viver juntos é também aquela que assegura que o direito à diferença não possa ser recusado pela "ideologia da diferença" (Messara, em Noun, 2004: 35).

O poder público, os atores intermediários, como todos nós, estamos envolvidos nessa (re) construção de relações sociais que permitem a qualquer pessoa, grupo ou comunidade a garantia da continuidade da sua existência com dignidade, de ocupar um lugar da mesma maneira que os outros e de exprimir uma palavra que seja ouvida.

---

<sup>1</sup> « O «vivre-ensemble» é definido pela construção de acordos recíprocos, pacíficos e respeitosos das pessoas em suas identidades culturais e religiosas, considerando o reconhecimento das diversidades como fundamento da coesão social de uma sociedade democrática ». (Devries e Manço, 2017: 120).

Essa dinâmica unificadora exige um compromisso contra a estigmatização, a exclusão e as frustrações decorrentes das limitações que se encontram no acesso aos direitos, assim como nas injustiças vivenciadas ou sentidas.

*A que riscos de fragmentação e desintegração o "viver juntos" é hoje realmente exposto e como os enfrentar? Como dar conta do "viver juntos" e como testemunhar a diversidade das formas de comprometimento dos atores sociais neste processo? Como é que os trabalhadores sociais, estudantes, formadores e investigadores ou, ainda, as pessoas apoiadas são envolvidas a participar na sua concretização? Que esboço de um novo contrato social podemos entrever, através de que contextos e de que projetos sociais? Como nos prepararmos para sermos atores e promotores, a partir de que quadros de referência, através de que práticas, recursos e parceiros?*

Todas essas questões servirão de base para orientar as análises, intercâmbios, investigações e intervenções em torno de quatro eixos de comunicação.

### **Eixo 1. Desafios na construção do "viver juntos"**

Revitalizar a pluralidade e defender a alteridade colocam em questão os processos inerentes a esse duplo propósito assim como os modos de ação que para ele contribuem. Como incentivar a abertura aos outros e o movimento em direção a eles? Como promover a ampliação das esferas de interação e de troca? A partir de que metodologias, conceitos e correntes teóricas, e com que parceiros favorecer a aproximação das visões e a compatibilidade dos discursos? Que diálogo pode ser iniciado para gerar histórias, experiências e interesses que se unem, salvaguardando as especificidades respetivas? Que olhar iniciar sobre a identidade como potencial criador de novas oportunidades de relacionamento? Como discernir, na memória individual e coletiva, os fatores de distanciação, de conflito e de recuo identitário? Através de que abordagens se pode relativizar os seus impactos e apoiar a conciliação das referências?

Estes parâmetros de análise não podem ser abordados fora de uma abordagem que visa elucidar os fundamentos do "vivre ensemble": que significados lhe atribuir e como definir o sentido de tal modelo construído sobre e a partir de múltiplas experiências e significados? Quais seriam os contributos, mas também as possíveis derrapagens das tentativas de aproximação das diferenças, do respeito das identidades e da salvaguarda dos quadros de referência (modo de vida, valores, doutrinas, crenças)? Como identificar as forças e os limites desses processos e a sua superação como base

para viver juntos? Como levar em consideração os movimentos atuais, portadores de identidades reconfiguradas (interculturalidade, migração, realidades familiares plurais ...) e questioná-los diante dos processos de construção identitária clássica?

As experiências e investigações em Trabalho Social ajudam a enriquecer a reflexão geral sobre os processos que impedem ou favorecem a abertura aos fenômenos de exclusão e inclusão.

## **Eixo 2. A luta contra as desigualdades e a defesa dos direitos das minorias**

A construção de um “viver juntos” inclusivo exige que se analise a contribuição dos atores do trabalho social para a salvaguarda e promoção do direito de existir. Este direito passa pela possibilidade de construir percursos que não são definitivamente dependentes de um sistema dominante, que seja de natureza ideológica, social, estrutural ou, mesmo, legal. Embora a experiência dos migrantes evidencie a magnitude dos desafios colocados por esta questão, exemplos como o tratamento de pessoas pertencentes a minorias sexuais e minorias de gênero (LGBT) ou toxicodependentes também são emblemáticos das questões que aqui estão em jogo.

Seja de forma modesta ou mais ambiciosa, muitos atores da intervenção social se manifestam como promotores de ações que buscam prevenir e / ou neutralizar as fontes de dominação que minam as liberdades individuais e coletivas: Que formas tomam essas ações, através de que meios elas são realizadas e quais são as armadilhas e obstáculos que enfrentam? Como é que o trabalho social se afirma como uma força de mudança dos subsistemas sociais (família, escola, bairro, comunidade, religião, governo) que, tantas vezes, reproduzem relações de exclusão, subordinação e vitimização? Diante da multiplicidade de injustiças, desigualdades, discriminações, opressões, coerções e manobras de controle social, não estará o trabalho social mais inclinado a observar e comentar do que a agir?

## **Eixo 3. Elaboração e implementação de políticas públicas**

Pensar o posicionamento e a ação dos atores de ação social na construção de uma “vida juntos” requer focar o olhar sobre o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas. A partir de que processos essas políticas são elaboradas e em que medida elas constituem um fator de união e solidariedade? Em que medida se baseiam na participação das várias partes interessadas e são objeto de uma governança intersetorial? Em que condições poderemos considerar essas políticas como parte da

tradição dos direitos humanos e do respeito pelas liberdades civis? De que novo contrato social serão elas os primeiros alicerces?

Abordar a conceção e a implementação de tais políticas incita a estudar as contribuições dos diversos atores envolvidos, quer sejam eleitos, atores governamentais, responsáveis de serviços, trabalhadores sociais ... incita também a saber se elas emergem das instituições sociais e/ou se são o resultado da mobilização coletiva da sociedade civil ou, ainda, da filantropia, do mundo dos negócios e da economia de mercado. Importa ainda examinar as estratégias e as experiências em marcha, a fim de compreender como é que as ações visam, mais ou menos, a mudança social seja ela ao nível sócio-económico, sócio-educacional, sociocultural ou em matéria de habitat ou de gestão do espaço público.

#### **Eixo 4. Orientações das formações e desenvolvimento dos contextos da prática**

A reflexão iniciada pelos eixos precedentes não pode ser realizada sem levar em conta as instituições de formação em trabalho social, bem como a organização e desenvolvimento dos contextos da prática. Como é que os contextos da prática (organismos de empregadores, instâncias de partenariado ...), os lugares profissionais (escolas, associações profissionais e sindicatos, comissões de ética ...) ou comités de utentes/clientes chegam a funcionar como plataformas de diálogo, de expressão e de debate público sobre as controvérsias e os temas controversos que atravessam o viver juntos? Em que medida conseguem analisar as práticas limítrofes ou mesmo contenciosas? Que aptidões demonstram e com que disposições concretas contribuem para promover a missão dos trabalhadores sociais e apoiar uma ação profissional comprometida? Quais são as identidades profissionais que as dinâmicas de formação veiculam e como são elas fomentadas no seio das instituições empregadoras e pelos contextos da prática? Em que medida os conteúdos da formação e os quadros de referência da prática permitem superar representações esclerosadas veiculando ideologias, comportamentos e políticas de natureza conflitual e separadora? Quais são os processos que favorecem uma ação comunicativa e participativa que transporta inovações sociais?

Esta análise reflexiva impõe-se tanto mais que a missão deste campo disciplinar e das práticas está centrado na libertação, emancipação, reconhecimento, promoção do direito de expressão e da palavra, desenvolvimento da confiança e capacitação das pessoas e populações vitimizadas, excluídas, oprimidas, dececionadas ou exaustas.

Estas quatro áreas oferecem uma oportunidade para nos questionar e nos posicionar sobre as práticas sociais, modos de intervenção e visões estratégicas que lhes estão subjacentes, entendidos aqui como iniciadores da dinâmica de inovação, libertação e participação.

## Bibliografia

Abou, Sélim (2002). *L'Identité culturelle ; suivi de Cultures et droits de l'homme*, [4e éd. rev. et corr.]. - Beyrouth : Presses de l'Université Saint-Joseph, Paris : Perrin.

Bolzman, Claudio (2009). « Modèles de travail social en lien avec les populations migrantes : enjeux et défis pour les pratiques professionnelles », *Pensée plurielle*, 2009/2 n° 21, p. 41-51.

Bolzman, Claudio, Vagni, Giacomo (2015), « Égalité de chances ? Une comparaison des conditions de vie des personnes âgées immigrées et "nationales" », *Hommes et migrations*, N° 1309, p.19-28.

Chamoun, Mounir (1997). *La diversité linguistique et culturelle et les enjeux du développement*, Actes des 1ères journées scientifiques du Réseau thématique de recherche « Cultures, Langues et Développement », sous la dir. de Sélim Abou, Katia Haddad. AUPELF-UREF, Montréal; Université Saint-Joseph, Beyrouth (Universités francophones. Actualité scientifique).

Devries, Morgane, Manço, Altay (2017). « Dialogues entre musulmans et non-musulmans », *Hommes et migrations*, n° 1316, p.119-128.

Durkheim, Emile (1893, 2007), *De la division du travail social*, Paris, PUF

Kanafani, Aida (2004). *Liban : le vivre ensemble, Hsoun, 1994-2000*, Librairie orientaliste Paul Geuthner S.A.

Le Bris, Catherine (2016). « La contribution du droit à la construction d'un « vivre ensemble » : entre valeurs partagées et diversité culturelle », *Droit et société* 2016/1, n° 92, p. 75-98.

Maïla, Joseph (2017). « La crise du pluralisme au moyen orient », *La crise du pluralisme au moyen orient et la gestion de la diversité*, Table-ronde organisée par L'observatoire PHAROS, l'Ordre de Malte-Liban et le département d'histoire de l'Université Saint-Joseph de Beyrouth.

Manço, Altay (2009). « A Malo Mundarum. Investigations locales pour la cohésion socioculturelle », *Pensée plurielle*, 2009/2, n° 21, p.169-177.

Manço, Altay (1999). *Intégration et identités. Stratégies et positions des jeunes issus de l'immigration*, Bruxelles, De Boeck.

Manço, Altay (1998). *Valeurs et projets des jeunes issus de l'immigration (L'exemple des Turcs en Belgique)*, Paris, L'Harmattan (Logiques Sociales).

Messarra, Antoine (2004). « Chose publique en régression et citoyenneté en alerte », *Observatoire de la paix civile et de la mémoire au Liban*, ss dir. Antoine Messarra, Librairie orientale, Beyrouth.

Morin, Edgar (2016). *Penser global*, Flammarion, Paris.

Noun, Fady (2004). « Création d'un observatoire de la paix civile et de la mémoire », *Observatoire de la paix civile et de la mémoire au Liban*, ss dir. Antoine Messarra, Librairie orientale, Beyrouth.

Paugam, Serge (2015). *Vivre ensemble dans un monde incertain*, Paris : L'aube.

Saillant, Francine (2012). « Le vivre-ensemble dans les mouvements sociaux : identités, performativités, droits collectifs », *Terrains du vivre-ensemble : émergence d'un concept*, Colloque annuel du CÉLAT, 29-31 mai 2012 Manoir du Mont-Sainte-Anne.

Temple, Caroline (2005). « Stratégies identitaires, durée d'acculturation et orientations personnelles : quel lien avec l'estime de soi ? Le cas des migrants japonais », *Bulletin de psychologie*, 2005/3, n° 477, p.369-375.

Teyssier, Julien, Denoux, Patrick (2013). « Les réactions psychologiques transitoires : interculturation et personnalité intraculturelle », *Bulletin de psychologie*, 2013/3, n° 525, p.257-265.

Tönnies, Ferdinand (1887, 2010), *Communauté et société*, Paris, PUF.

Touraine, Alain (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble ? : égaux et différents*, Paris : Fayard.

Willaime, Jean-Paul (2004). Préface de : *Liban : le vivre ensemble, Hsoun, 1994-2000*, Aida Kanafani, Librairie orientaliste Paul Geuthner S.A.



## Procedimentos e instruções

### Procedimentos e prazos.

A AIFRIS gostaria de receber propostas de comunicação de investigadores, formadores, estudantes e profissionais do trabalho social, bem como de pessoas acompanhadas. Estas propostas podem ser baseadas em um ou mais dos 4 eixos acima mencionados. Os temas e questões propostas em cada um desses eixos são indicativos; eles visam abrir caminhos para a reflexão dos candidatos à comunicação.

Para diversificar as abordagens, os comunicadores poderão escolher entre quatro formas de comunicação: relatório de pesquisa, relato de experiências relativos à pedagogia ou à intervenção social, animação de um fórum ou apresentação de um cartaz. O procedimento de avaliação e os critérios de avaliação serão os mesmos, mas os materiais expostos podem diferir entre os dados empíricos ou bibliográficos, por um lado, e dados experimentais, por outro lado.

Para promover o acesso à comunicação, o comité científico está disponível para auxiliar os autores que desejam fazê-lo, no processo de formalização da sua comunicação, bem como para assegurar a tradução para o francês do resumo escrito em outro idioma. (contato: [csp\\_aifris@aifris.eu](mailto:csp_aifris@aifris.eu))

As propostas devem ser preenchidos on-line entre **15 de outubro de 2018 e 31 de janeiro de 2019, o mais tardar**, no site da AIFRIS (depois de ter lido o manual on-line do nosso site, bem como as orientações gerais e técnicas).

Assim, todos aqueles que desejem participar numa comunicação (autores e coautores) devem começar por criar uma conta no site [aifris.eu](http://aifris.eu). As pessoas que já possuem uma conta na base de dados são convidadas a preencher as informações que faltam.

A comunicação pode ser apresentada por uma equipa (até 3 pessoas, no máximo) mas, independentemente do número de comunicadores, o tempo permitido é de 20 minutos por comunicação. A mesma pessoa só pode apresentar, no máximo, duas comunicações, sozinha ou em equipa.

As propostas de comunicação estão sujeitas a avaliação anónima de, pelo menos, dois membros do Conselho Científico Permanente. O feedback da avaliação (aceitação, C/ alterações desejadas ou rejeição) será comunicado às partes interessadas no prazo máximo de um mês após a transmissão da proposta ao CSP.

Qualquer comunicador deve estar inscrito e ter pago as suas taxas de inscrição **antes de 3 de junho de 2019**.

Para o bom funcionamento do Congresso e para a inscrição online nos ateliers, os comunicadores, cuja proposta foi aceite, mas que não pagaram a taxa de inscrição até esta data, verão a sua proposta de comunicação transformar-se em comunicação "hors congrès". Nesta situação, não poderão apresentar a sua comunicação no congresso.

Em caso de desistência, todas as propostas aceites pelo Comité Científico permanecem no site, mas são transformadas para propostas "hors congrès". Nessa situação, poderão ser melhoradas enviando as modificações do resumo num ficheiro do Word ao gestor da base de dados, e completadas submetendo um artigo em PDF.

A AIFRIS visa tornar visível o trabalho de pesquisa e inovação no campo da intervenção social em língua francesa. Solicita-se que qualquer comunicador submeta no site, **antes de 3 de junho de 2019**, o texto integral da sua comunicação entre 8000 a 10 000 caracteres, no formato de texto. Este último será publicado online, com acesso público, disponível nomeadamente para os animadores do atelier e congressistas.

Os comunicadores que desejam submeter um artigo maior (cerca de 30 000 caracteres) antes ou depois do congresso poderão fazê-lo, on-line, através do mesmo processo. Este artigo em PDF irá completar o artigo completo e será imediatamente visível on-line, em acesso público. Os comunicadores estão, assim, a contribuir para a solidariedade e a partilha de conhecimentos.

### **Condições técnicas para submeter uma comunicação**

A proposta de comunicação deve ter **no máximo 4.000 caracteres (incluindo espaços)** e ser integrada no quadro fornecido para este fim, no site. A proposta deve ser acompanhada de uma **bibliografia** com o máximo de 2.000 caracteres e uma **apresentação** do(s) autor(es) da proposta, com o máximo de 300 caracteres.

Esta proposta constitui um **resumo da comunicação em francês**, que, se for aceite, será publicada, **tal como foi apresentada**. Estes resumos serão publicados on-line, em acesso público, no site da AIFRIS, assim como se encontram já as comunicações dos congressos anteriores.

Qualquer comunicador tem a possibilidade de submeter um resumo em inglês de 50 a 100 palavras, para que a comunicação seja identificável pelos mecanismos de busca de língua inglesa.

Os comunicadores que desejem enviar um artigo maior (aproximadamente 30.000 caracteres) podem fazê-lo on-line, usando o mesmo processo, em formato PDF. Este artigo será imediatamente visível on-line, em acesso público.

Uma vez publicado o artigo em francês no site, todos os comunicadores têm a possibilidade de submeter o artigo num idioma de sua escolha, ou mesmo uma apresentação de slides, sempre em formato PDF.

## **Condições gerais para submeter uma comunicação**

Todos os textos submetidos pelos comunicadores na base de dados da AIFRIS tornam-se posse da associação. Qualquer pessoa que submeta o seu texto aceita esta cláusula. No entanto, esta cláusula não é exclusiva. A pessoa que submete uma comunicação guarda a copropriedade do seu texto e pode fazer o uso que lhe convém.

Os textos, propriedade da AIFRIS, permanecem sua propriedade mesmo após a morte do autor. Da mesma forma, quando um texto é depositado, a conta criada para a submissão não poderá ser suprimida.

Se o autor não pode solicitar, a qualquer momento, a remoção deste texto, pode, em alternativa, solicitar uma modificação, correção ou a apresentação de um texto mais longo e melhorado. O autor pode corrigir o texto do resumo da comunicação até ao momento em que o propõe à avaliação do Comité Científico. Com efeito, uma vez o resumo proposto, o autor pode solicitar uma alteração, através de um pedido ao gestor da base de dados, [postmaster@aifris.eu](mailto:postmaster@aifris.eu).

O autor tem acesso à sua conta pessoal e pode alterar qualquer conteúdo a qualquer momento, exceto a correção do e-mail que foi usado para criar a conta, cuja alteração deve ser solicitada aos gestores da base de dados.

Qualquer pessoa que crie uma conta inscreve-se automaticamente para receber a "lettre de l' AIFRIS". Ela pode aceder à sua conta, a qualquer momento, para suprimir essa assinatura.

## **Critérios de avaliação das propostas**

As avaliações são realizadas de acordo com o método "avaliação por pares" pelo comité científico, à medida que os resumos são submetidos e os resultados são comunicados individualmente por e-mail, aproximadamente um mês após a data de apresentação da proposta completa.

Quaisquer recomendações ou melhorias reformuladas são argumentadas pelos avaliadores.

A avaliação da proposta baseia-se na satisfação de **6 critérios para o conteúdo e 2 critérios para a forma**. Cada um deles é objeto de uma ponderação por cada um dos dois avaliadores.

## **Critérios de conteúdo**

- \* Pertinência em relação ao tema do congresso  
*A ligação entre o objeto da comunicação e o tema do Congresso é feita pelo comunicador? Se não, o avaliador pode vê-lo de forma implícita?*
- \* Explicitação do contexto, do objeto de trabalho e/ou da prática exposta  
*O objeto proposto surge claramente ? O quê, quando, onde, com e por quem...?*
- \* Explicitação do quadro, dos fundamentos teóricos, da metodologia e/ou da prática exposta:  
*As principais dimensões que constituem o objeto da comunicação são explícitas: quadro institucional e/ou patrocinador – domínio da ação - ambição, objetivos, estratégia- Método de pesquisa ou fundamentos supostos e teóricos do projeto - prazos e etapas ...?*
- \* Análise do corpus, dos dados de pesquisa e/ou da prática exposta  
*Existe um corpo de dados? A proposta demonstra uma vontade de investigação, rigor e análise, indo além da convicção de que a verdade está no enunciado? (exemplo das profissões de fé que não são suportadas por argumentos refletidos)*
- \* Apresentação de interesses esperados para a pesquisa, a formação ou a prática profissional
- \* Caráter inovador ou original de pesquisa e/ou prática exposta  
*Facultativo, mas apreciado*

## **Critérios de forma**

- \* Clareza e coerência da proposta de comunicação
- \* Qualidade redacional (estrutura geral, referências bibliográficas... )  
*Ausência de cientificismo . Demonstração articulada. Manutenção do fio condutor.*